

# A OCUPAÇÃO ROMANA E ALTO-MEDIEVAL DO SÍTIO S. GENS (CELORICO DA BEIRA)

**António Carlos Marques<sup>1</sup>**

**Gabriel de Souza<sup>2</sup>**

**Catarina Tente<sup>3</sup>**

## 1. Nota Introdutória

A estação arqueológica de S. Gens localiza-se numa encosta suave, próxima da confluência da Ribeira dos Tamanhos com o Rio Mondego. O seu posicionamento permite obter nas suas proximidades solos aráveis, com elevado potencial agrícola, favorecendo o desenvolvimento da presença humana no local. O núcleo arqueológico situa-se na União de Freguesias de Celorico, concelho de Celorico da Beira, e localiza-se sensivelmente a 2 km a Norte da vila de Celorico da Beira (Est. I). (C.M.P n<sup>o</sup> 191, escala 1:25000, com as coordenadas UTM 635654/4501892).

O sítio ocupa uma área de cerca de 30ha e compreende uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha, um povoado alto-medieval, dois núcleos com ocupação romana e um abrigo natural com ocupação calcolítica.

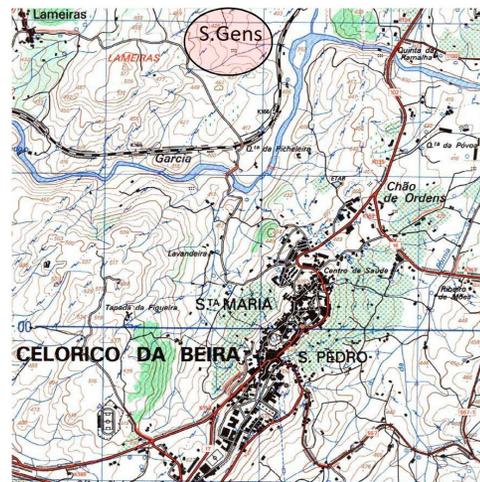


Fig.1 - Localização da Estação Arqueológica de S. Gens na C.M.P n<sup>o</sup> 191

1 Câmara Municipal de Celorico da Beira.

2 IEM | NOVA FCSH, Bolsa de Doutoramento da FCT com referência SFRH/BD/137690/2018.

3 IEM | NOVA FCSH.

O hagiotopónimo S. Gens pode estar relacionado com o mítico bispo S. Gens de Lisboa, cujo culto terá tido uma grande difusão entre as comunidades moçárabes nos séculos IX/X (TENTE, 2009:148), ou, com S. Gens de Arles, cujo culto é difundido na Península em meados da Idade Média. Todavia, não foi identificado qualquer edifício religioso correlacionado com a ocupação alto-medieval e consideramos que provavelmente nunca existiu um templo, o que explicaria o padrão de dispersão das sepulturas, claramente integrada na categoria das necrópoles desorganizadas (MARTÍN VISO, 2012; TENTE, 2015).

## 2. Historial do Sítio Arqueológico

As mais antigas referências à estação arqueológica de S. Gens surgem nos finais do século XIX (LEAL, 1873: 90). Em 1939 é publicada a primeira monografia sobre a história do concelho de Celorico da Beira, onde é referida a existência de um cemitério milenar “numa área extensa e cujas sepulturas – anteriores à época romana – se abrem nas rochas vivas em que o sítio abunda. Há-as de todas as dimensões e algumas a par.”, situando-se a dois quilómetros a Sul da aldeia de Fornotelheiro (OLIVEIRA, 1939:212).

O sítio volta a ser referenciado em algumas publicações, entre os finais dos anos 70 do século XX e o início do século XXI, dando-se ênfase à necrópole ou simplesmente assinalando ali a existência de uma estação arqueológica. Pode-se, assim, referir uma segunda monografia sobre o concelho de Celorico da Beira (RODRIGUES 1979); um levantamento arqueológico desse mesmo concelho (VALERA, MARTINS, 1994); um catálogo sobre sítios arqueológicos na Beira Interior e ainda um artigo na revista Praça Velha sobre o património em Celorico da Beira (FERNANDES, 2006; LOBÃO *et al.*, 2006, respetivamente).

Todavia, o conhecimento científico sobre o sítio começa a aprofundar-se em 2008, aquando a realização dos primeiros trabalhos de escavação arqueológica em S. Gens. Esses trabalhos foram resultado da parceria entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e Catarina Tente, da Universidade Nova de Lisboa, incidindo em duas áreas distintas, uma delas sobre o povoado Alto-medieval e a outra sobre os vestígios romanos.

Como resultado das escavações, novas publicações e dados foram divulgados, a começar logo em 2009. Neste ano há a publicação de um artigo intitulado *Dos “bárbaros” ao Reino de Portugal: o território de Celorico da Beira nos séculos V a XII* (TENTE, 2009b) e a apresentação dos resultados da 1.<sup>a</sup> campanha de escavação no *V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal* (MARQUES, TENTE, 2011).

Haverá, nos anos seguintes, a defesa de duas teses com menção a S. Gens. O povoado Alto-medieval é trabalhado na tese de doutoramento de Catarina Tente, defendida na UNL (2010), e a ocupação romana na tese de mestrado de António Marques, defendida na FLUC (2011). Estas teses não marcam o fim das publicações sobre S. Gens, havendo vários artigos com dados e menções a esse sítio nestes anos e nos seguintes (TENTE,

2009a; TENTE, 2011a; TENTE, 2011b; TENTE, CARVALHO, 2011; TENTE, CARVALHO, 2012; TENTE, 2012).

Em 2013 é publicado pela Câmara Municipal de Celorico da Beira e Junta de Freguesia de Santa Maria, uma obra de cariz divulgativo e promocional, *S. Gens ao longo do Tempo e da História* (LOBÃO *et al.*, 2013). Também neste ano é publicado um artigo focado nos aspetos defensivos do povoado medieval em S. Gens (TENTE, 2013).

Sobre a coleção cerâmica e os resultados de análises químicas realizadas às pastas de algumas das peças, foi publicado um primeiro estudo sobre a produção alto-medieval integrado num livro sobre a cerâmica medieval no centro e norte de Portugal (TENTE, LANTES, PRIETO, 2014). Também em relação à necrópole de sepulturas escavadas na rocha foram publicados vários estudos, sendo de destacar o trabalho apresentado na revista *Munibe* (TENTE, 2015) e o artigo publicado na *Medieval Archaeology* (BROOKES *et al.*, 2017).

O material cerâmico alto-medieval, proveniente das campanhas entre 2011 e 2013, veio a ser o projeto de dissertação de mestrado em arqueologia defendida na UNL (SOUZA, 2016).

Um dos artigos mais recentes, que apresenta um resumo sobre a fase alto-medieval de S. Gens, foi publicado em 2018, nas Atas do congresso *Do Império ao Reino*. Neste trabalho, estão incluídos dados sobre a necrópole, as estruturas do povoado, o espólio material (cerâmicas e metais), os macrorrestos faunísticos e arqueobotânicos (TENTE *et al.*, 2018).

### 3. Os trabalhos arqueológicos

O início da intervenção arqueológica no sítio de S. Gens<sup>4</sup> teve como objetivo o conhecimento científico e patrimonial deste extenso sítio, cuja ocupação parecia recuar ao período romano, e que terá sido abandonado no final da Alta Idade Média, provavelmente num momento em que a povoação de Celorico se estaria a formar e consolidar como *terra*.

A estratégia de escavação levada a cabo em S. Gens teve como base os conhecimentos prévios que se possuíam do local, obtidos através das prospeções arqueológicas (LOBÃO *et al.*, 2006). Após o reconhecimento integral no terreno, bem como a delimitação das áreas com vestígios à superfície, procedeu-se à realização de um levantamento topográfico. Face à enorme área ocupada pela estação arqueológica e aos condicionalismos topográficos existentes, procedemos à criação e marcação de sectores (totalizando 24), sendo cada um destes constituídos por quadrados de 4x4 m ordenados alfanumericamente desde a letra A à letra Z e do número 1 ao número 26, totalizando assim 676 quadrados por cada sector (correspondendo a uma área com 10.816 m<sup>2</sup>).

---

4 Os trabalhos de escavação numa primeira fase foram integrados projeto de investigação financiado pela FCT intitulado *O Alto Mondego: território de fronteira entre Cristãos e Muçulmanos* (PTDC/HAH/69806/2006) e tiveram o apoio da autarquia de Celorico da Beira e da Junta de Freguesia de Fornotelheiro. As seguintes campanhas foram inseridas nos projetos de PNTA – *São Gens, o vale e a sua população. Da Pré-História à Alta Idade Média* e realizaram-se em 2011, 2012 e 2013. O sítio medieval integrou igualmente um projeto financiado pelo Ministerio de Ciencia y Innovación, intitulado *Territorio e identidades locais en el centro de la Península Ibérica: análisis espacial de las tumbas excavadas en roca* (HAR2010-21950-C03-02), cujo investigador principal foi Iñaki Martín Viso (Universidade de Salamanca).

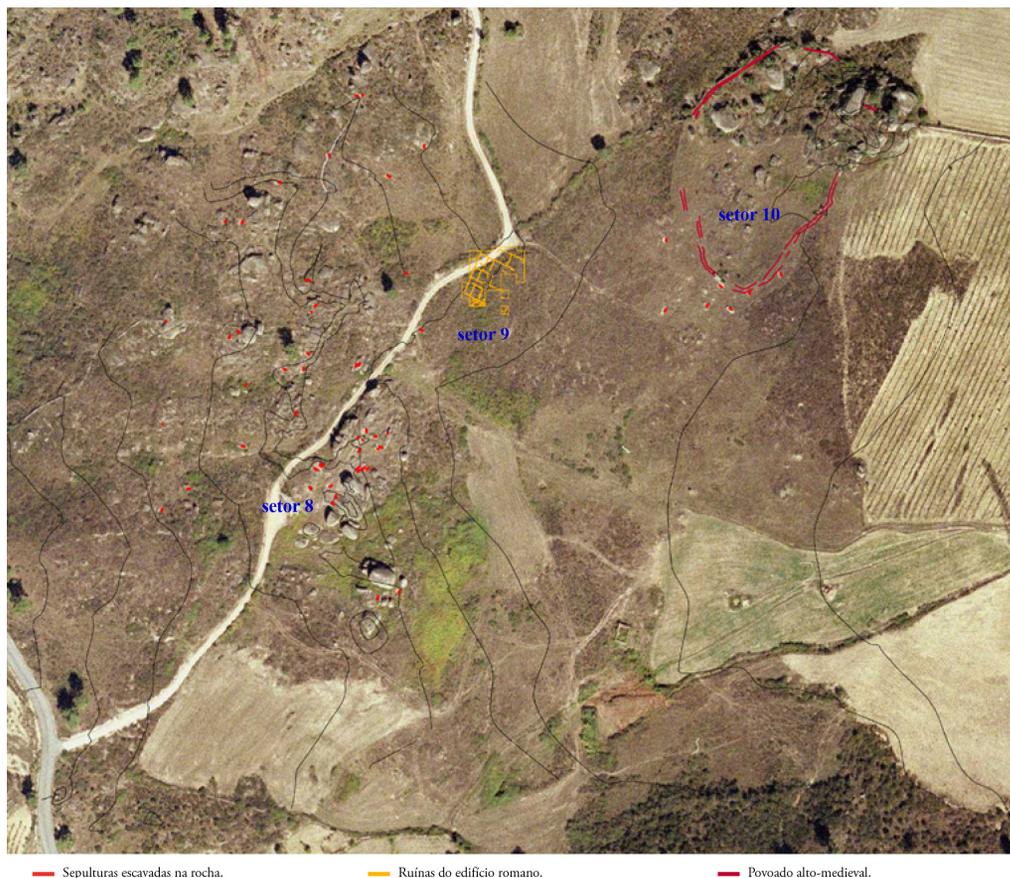


Fig. II – Fotografia aérea com a localização dos principais vestígios arqueológicos de S. Gens (sepulturas escavadas na rocha, casa romana, povoado alto-medieval)

Devido à enorme dispersão de vestígios, a primeira campanha de trabalhos arqueológicos decorreu entre os meses de julho e agosto de 2008, sendo possível intervencionar dois setores (setor 9 e setor 10). Relativamente ao setor 9, a área escavada implantou-se numa pequena plataforma sobranceira a uma imensa área de terreno que apresentava à superfície vestígios do período romano. Desta plataforma tem-se um domínio visual privilegiado sobre a zona envolvente até ao rio. O setor 10 ficou situado numa área mais junto ao rio, onde existiam vestígios de uma estrutura pétrea do tipo cerca ou muralha. Conhecida pelo micro - topónimo de *Castelo*, neste sector a intervenção arqueológica permitiu caracterizar a estrutura pétrea e reconhecer que a mesma estava associada a uma paliçada, cujas madeiras foram possíveis identificar em escavação (TENTE, 2010).

Nas campanhas realizadas entre 2010 e 2013 foram alargadas as áreas de intervenção no sector 9 e abertas duas novas áreas no sector 4. Este, que é contíguo ao sector 10, integra a área interna do povoado medieval. As duas áreas aqui intervencionadas correspondem a:

uma zona localizada na metade sudeste do povoado, abrangendo igualmente a estrutura de cerca e áreas interna e externa do povoado; e um outro espaço situado a noroeste, entre *tors* graníticos, e que corresponde a área de entrada do povoado.

#### 4. A habitação romana de S. Gens

A escavação do setor 9 permitiu colocar a descoberto as ruínas de um edifício de época romana, o qual, segundo os vestígios arqueológicos, apontam para uma cronologia de construção em finais do século I<sup>5</sup>. A cultura material, recuperada nas sucessivas campanhas arqueológicas efetuadas no local, permite afirmar também que esta habitação teve uma ocupação até ao século IV.

Tipologicamente, esta casa enquadra-se nas habitações de cariz rural, nas designadas “quintas” ou “granjas”<sup>6</sup>, pois apesar de a área construtiva ser considerável, cerca 700 m<sup>2</sup>, não detém alguns dos elementos característicos das grandes vivendas de campo (*villae*), nomeadamente um espaço termal ou áreas pavimentadas com mosaicos.

Com o decorrer da 4<sup>a</sup> campanha dos trabalhos arqueológicos, no ano de 2013, foi possível delimitar o perímetro da casa romana, identificando-se dezasseis compartimentos no seu interior (Fig. III). À semelhança das nossas casas na atualidade, também no passado, cada um destes espaços terá tido funções específicas, apesar de cerca de dezanove séculos após a sua construção ser difícil identificar e compreender as funções de todos eles.

Graças à arquitetura e alguns vestígios arqueológicos identificados, é possível apontar uma funcionalidade para algumas divisões. O designado compartimento IX, pela sua configuração e dimensão, bem como pela presença de um capitel e fuste de coluna, junto a um dos cunhais, parece corresponder a um peristilo ou pátio interno da habitação. Apresenta uma configuração retangular, e central enquanto elemento organizador dos outros compartimentos, pois, através da planta das ruínas, verifica-se a existência de uma simetria construtiva da habitação em torno desta área. Este espaço aberto tinha certamente um pórtico, talvez, com uma colunata de duas a três colunas em cada um dos lados, que suportaria o entablamento de madeira que sustinha o telhado, permitindo, deste modo, a iluminação e arejamento do interior da habitação.

---

5 A este propósito, é de referir que durante a execução dos trabalhos de limpeza e conservação dos muros da habitação, identificámos uma moeda do Imperador Domiciano, datada do ano 83 d.C. A prática de colocar moedas nas fundações das construções, provavelmente como sinal de sorte e prosperidade financeira dos seus proprietários, é um costume relativamente difundido. A nível arqueológico, este achado permite inferir uma cronologia relativa para a construção desta habitação que, associada a alguma cerâmica recolhida nas escavações, particularmente *Terra Sigillata Hispânica*, apontam que a fundação da habitação romana possa ter ocorrido durante os últimos anos do século I d.C. ou mesmo durante os primeiros anos do século II.

6 A divisão tipológica das habitações romanas de cariz rural tem por base um modelo teórico que se fundamenta na dimensão, bem como nas características construtivas de cada uma das habitações romanas; para mais informações: Jorge de Alarcão (1998b, 89-119), Manuel Sabino Perestrelo (2003), Marcos Osório (2006), Pedro C. Carvalho (2007).

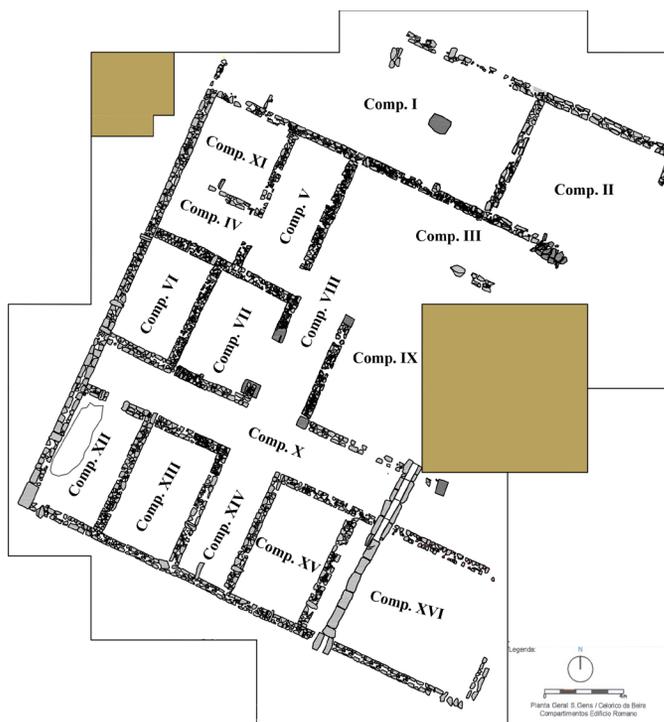


Fig. III – Planta do edifício romano



Fig. IV – Pormenor da conduta

Apesar de o compartimento IX ainda não se encontrar escavado na sua totalidade, a intervenção de 2013 permitiu verificar a existência de uma conduta em pedra, aproveitando o declive natural do terreno, permitindo a drenagem das águas pluviais que entravam no peristilo através do *compluvium* (abertura no telhado da habitação). A presença da conduta deixa supor que esta habitação pode ter tido também um *impluvium*, isto é, um pequeno reservatório (tanque) cuja funcionalidade seria o de ornamentar este espaço, envolvido porventura por uma área ajardinada.

O compartimento IX é ladeado pelos compartimentos III, VIII e X, que tinham provavelmente a funcionalidade de corredor, pois, era através destes espaços de circulação que se realizava a comunicação no interior da habitação. Como anteriormente referimos, estes espaços seriam abertos na área de contacto entre o corredor e o compartimento IX, assentando a cobertura num pórtico de colunas que envolvia o peristilo.

Na área norte da habitação, onde se identificaram os designados compartimentos I e II, situar-se-ia, possivelmente, a área destinada à confeção dos alimentos (*culina*) e seu ar-



Fig. V – Escavação de pote de armazenamento in situ

mazenamento (*cellae penurariae*), pois, em ambos os espaços foram identificados *in situ* vestígios de grandes contentores cerâmicos (*dolia*) que conservariam cereais e/ou outros bens alimentares<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> No compartimento I recolheu-se ainda um fragmento de ânfora da classe Almagro 51C, recipiente cerâmico habitualmente usado no transporte de *garum*, um condimento alimentar à base de peixe muito apreciado pelos romanos. Através da

Ainda na zona encostada ao compartimento I, hoje quase impercetível, terá existido um outro compartimento, identificado pela fundação de um pequeno tanque, cuja base possuía vestígios de revestimento a *opus signinum*. Uma análise mais pormenorizada do edifício nesta área deixa transparecer a ideia de proporção na construção, pois apesar de apenas ser perceptível a planta de dois destes espaços (compartimentos I e II), os vestígios apontam para a existência de um terceiro, possuindo todas as áreas muito semelhantes e plantas praticamente quadrangulares.

Na área central da habitação, junto à zona posterior da mesma, encontram-se os compartimentos IV, V, VI, VII e XI. Nestes cinco espaços a identificação da sua antiga funcionalidade revela-se mais difícil, pois os vestígios arqueológicos aqui obtidos não permitem inferir com exatidão a sua funcionalidade. Todavia, face à dimensão e configuração dos compartimentos IV, V e XI é provável que estes possam ter correspondido a arrumos. Quanto aos compartimentos VI e VII face a sua dimensão, talvez, no passado tenham desempenhado a função de quartos (*cubicula*).

A área sul do edifício caracteriza-se pela presença de cinco compartimentos (XII, XIII, XIV, XV e XVI). O compartimento XVI é o espaço com a maior área da habitação, assim, é possível que possa ter correspondido no passado a uma área comunitária, talvez ao *triclinium* (sala de jantar).

Os compartimentos XII, XIII e XIV acabaram por ser escavados integralmente durante a campanha de 2016. Estes espaços revelaram uma fraca potência estratigráfica, todavia, apesar da reduzida estratigrafia, nomeadamente os compartimentos XII e XIII, revelaram-se da maior importância, pois, em ambos os espaços identificamos a presença de pavimentos em *opus signinum*, sobretudo bem preservado no compartimento XII onde a espaços ainda é possível ver o piso intacto com o seu acabamento original. O pavimento no compartimento XII possui a particularidade de possuir uma espécie de rodapé junto das paredes e no canto noroeste uma espécie de ralo de escoamento, o que deixa supor que neste espaço seria utilizada água com alguma frequência, ainda que não se compreenda bem a sua finalidade.

O piso do compartimento XIII também terá sido pavimento a *opus signinum*, contudo, dado o grau de destruição a que este espaço esteve sujeito no passado, apenas se preservou uma pequena área com vestígios do antigo piso de circulação.

---

análise morfológica efetuada à pasta desta ânfora, é possível afirmar que a mesma terá sido fabricada entre os séculos II e III nas regiões do estuário do Tejo ou do estuário do Sado.



Fig. VI – Piso em Opus no Compartimento XII

A escavação do compartimento XIV demonstrou que na realidade este espaço localizado na área do Sul do edifício, não corresponde a um compartimento autónomo, à semelhança dos outros localizados nesta área, na realidade a continuação do corredor.

A vertente do edifício virada a nascente é provavelmente a área sobre a qual pouco ou nada viremos a saber, isto derivado à fraca potência estratigráfica desta zona, facto que terá contribuído para a destruição quase completa do registo arqueológico, devido à prática agrícola prolongada no tempo<sup>8</sup>.

Todavia, face à proximidade com o compartimento IX, é possível que nesta área se possa ter localizado o *hall* de entrada da habitação. Assim, ao entrar-se no edifício o primeiro vislumbre dos moradores e visitantes seria, muito provavelmente, o pátio interno ajardinado e porticado.

Com efeito, seria nesta fachada do edifício que se localizava a entrada principal, pois, além de se encontrar voltada a nascente e daí resultar uma maior salubridade, esta zona permitiria aos seus proprietários, obter um alargado campo visual sobre o território circundante.

---

8 Apesar de não podermos identificar com exatidão o período em que esta zona foi objeto de trabalhos agrícolas (Idade Média e/ou Época Moderna), consideramos, todavia, através do registo arqueológico que estes terão sido relativamente contínuos e que foram provavelmente, a principal causa de destruição dos vestígios soterrados, nomeadamente, através da lavragem das terras com arado, conforme testemunham as inúmeras marcas deixadas em muros e particularmente numa das faces do fuste de coluna identificado. A este propósito, convém recordar que em 1244 S. Gens era provavelmente, uma propriedade unifamiliar que é referenciada num documento, onde dois naturais de Celorico (pai e filho) procedem a doações ao Mosteiro de S. João de Tarouca de alguns bens e propriedades que possuíam em Celorico e arredores (COELHO *et al.*, 2009: 81).

### 3.1. *Cultura Material da ocupação Romana e cronologia*

Os materiais recolhidos em escavação parecem demonstrar que a ocupação romana neste local ter-se-á iniciado ainda durante o século I d.C., pois, foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica cinzenta fina (habitualmente classificada com sendo desta primeira centúria) e *terra sigillata hispânica*, cuja produção e abastecimento desta zona poderá remontar ao século I d.C. Apesar de serem peças informes, possibilitaram balizar a ocupação romana neste local ao período do Alto-Império. É provável que essa ocupação Alto-Imperial possa recuar a finais do século I, princípio do século II d.C.<sup>9</sup>, cronologia que de resto encontra suporte em alguns dos dados da prospeção – em prospeção tínhamos antes recolhido um fragmento de *terra sigillata hispânica*, correspondente a uma pequena taça da forma Drag.35<sup>10</sup>.

Para além da cerâmica de importação (*terra sigillata hispânica*) e da cerâmica de produção regional (cerâmica cinzenta fina)<sup>11</sup> de cronologia alto-imperial, há outros elementos arqueológicos que nos remetem para uma ocupação desta habitação durante esse período, nomeadamente um fragmento de vidro azul gel, pertencente a uma taça canelada, muito difundida durante o século I e o II, particularmente durante os reinados dos Imperadores Augusto e Trajano (CRUZ, 2009).

A reforçar a hipótese de construção e uso deste espaço durante o Alto Império temos ainda a presença de um elemento arquitetónico notável, um fuste e o capitel toscano que se encontrava entre o compartimento III (corredor) e o compartimento IX (peristilo). Este tipo de elemento arquitetónico parece ter conhecido uma grande utilização nas habitações romanas do século I d.C.<sup>12</sup> (FERNANDES, 2010).

9 A ocupação romana de S. Gens, a partir de finais do século I d.C., comprova a eficácia do processo de romanização nesta região, já que alguns anos antes decorreram as transformações políticas, jurídicas e económicas que culminaram com a criação das *civitates* e que possibilitaram uma nova ordem e exploração do território. A presença destes materiais comprova igualmente que os proprietários desta habitação deteriam algum poder económico ao adquirirem produções cerâmicas vindas do exterior, além de que teriam acesso aos mercados “regionais” onde podiam comprar estes produtos.

No caso dos proprietários da habitação do sector 9, o acesso a um mercado da região podia significar deslocar-se até à capital de *civitas* da sua jurisdição administrativa que, no caso de S. Gens, podia significar deslocar-se até atual estação arqueológica da Póvoa do Mileu (Guarda), partindo do pressuposto que esta possa corresponder à capital de *civitas* dos *Lanciensis Transcudani*, que teria então jurisdição sobre a área de S. Gens.

10 A forma 35 da *terra sigillata hispânica* tem uma diacronia de produção entre o ano 70 d.C. e os finais do século II d.C.; A Drag. 35 é a forma com mais representatividade dentro do universo das formas da *terra sigillata hispânica* recolhida na estação arqueológica da Póvoa do Mileu (Cfr. PEREIRA, 2010:10 e 16).

11 A cerâmica *terra sigillata hispânica* tem uma diacronia de produção entre meados do século I e final do século II d.C.; as pastas dos fragmentos recolhidos em S. Gens apontam para uma proveniência dos ateliers do Vale do Ebro, a semelhança da *terra sigillata hispânica* recolhida na Póvoa do Mileu (PEREIRA, 2006: 114). Quanto à cerâmica cinzenta fina, trata-se provavelmente de uma cerâmica de tradição indígena, com a sua produção a remontar a meados do século I a.C., mas cuja dispersão ocorrerá em meados do século I d.C. surgindo em níveis estratigráficos até inícios do século II d.C. (cfr. ALARCÃO, ETIENNE, MAYET, 1990: 27; ALARCÃO, 1974: 88); esta produção cerâmica encontra grande representação na estação arqueológica da Póvoa do Mileu, em contextos estratigráficos de meados do século I d.C., até contextos estratigráficos dos inícios II d.C., desaparecendo em contextos arqueológicos posteriores (PEREIRA, MARQUES, 2005: 24 e 25).

12 Num recente estudo de Lúcia Fernandes (2010: 25-50) sobre capitéis toscanos, a autora remete a utilização desta ordem arquitetónica para a primeira metade do século I d.C., muito pela influência da construção pública romana onde esta ordem arquitetónica foi empregue. A construção e utilização desta ordem arquitetónica pode ter perdurado nos decénios seguintes, face ao carácter rural da região, mas também pela aceitação da ordem toscana entre as populações dada a sua simplicidade, robustez e linearidade.

Para além dos materiais arqueológicos, a cronologia de ocupação deste espaço, recuando ao Alto-Império, foi confirmada através do método C<sup>14</sup> ao analisar restos de carvão recolhidos no interior do compartimento VII, mais especificamente na unidade estratigráfica [VII]<sup>13</sup>, correspondente à fase de abandono ou destruição do edifício (esse carvão pertenceria ao madeiramento de suporte do telhado)<sup>14</sup>. Face aos dados obtidos com a escavação integral do compartimento VII e parcial do compartimento III, verificamos que a causa provável de destruição deste habitat romano terá sido um incêndio que ocorreu durante o Baixo-Império (séculos III-IV d.C.). A ocupação deste espaço, durante este período, encontra-se igualmente confirmada por alguns materiais recolhidos: assim, no compartimento VII, foi identificado um prato de *terra sigillata* tardia da forma 73; no compartimento II foi identificado um fragmento de ânfora tipo Almagro 51<sup>15</sup> para além das cerca de sessenta moedas recolhidas nos mais diversos compartimentos da habitação, que nos remetem para uma cronologia do século III d.C.

### 3.2 Povoamento Romano em torno de S. Gens

Indubitavelmente, em S. Gens, o recurso à escavação permitiu avançar na investigação sobre a ocupação deste núcleo de povoamento rural de período romano. Desde logo, para



Fig. VII – Cerâmica comum romana

13 No ano de 2009, com a 2.ª campanha de trabalhos arqueológicos, pretendeu-se dar continuidade aos trabalhos iniciados em 2008. Contudo, ao nível do registo de escavação, procedemos a algumas alterações na metodologia de registo, abandonando a referência à quadrícula e respetiva numeração de U.E's, isto é, na escavação do nível de circulação do compartimento VII, passamos a designar todo esse nível de U.E [VII] facilitando, deste modo, quer a marcação do espólio recolhido, quer a melhor compreensão da intervenção. Com a U.E's VII procuramos uniformizar o registo. Anteriormente, na unidade de derrube do compartimento VII, este era formado pelas quadrículas C4, C5, D4 e D5 às quais correspondiam as unidades estratigráficas [11], [08], [06] e [07], respetivamente. Assim, com a continuidade dos trabalhos, optámos por abandonar o sistema de quadrícula e por designar o estrato arqueológico subsequente de VII. O nível arqueológico VII corresponde a um nível de incêndio, cor acinzentado escuro, onde por vezes foi possível recolher alguns fragmentos de carvão, um fragmento de *terra sigillata* hispânica tardia (séculos III/IV), vários fragmentos de cerâmica comum, nomeadamente, metade de um pequeno pote de armazenamento, um fragmento de *tegulae* com uma marca de oleiro onde é possível visualizar as letras CVL P ou R?, e ainda um numisma dos séculos III/IV. Este nível encontra-se coberto pelo derrube do telhado e assenta sobre o substrato rochoso.

14 Amostra de Erica sp. WK 27456 - 1920±30 BP calibrada a 2 sigmas 1-140a.C. (programa OXcal 3.10).

15 A ânfora Almagro 51 c é uma ânfora de produção lusitana, destinada ao transporte de preparados piscícolas (*garum*), com uma cronologia de produção entre o século III e o século V. Este tipo de ânfora foi produzida sobretudo nas regiões do Vale do Tejo e no Vale do Sado (centros produtores de preparados piscícolas). Alguns investigadores como A.M. Dias Diogo e Carlos Fabião têm apontado uma funcionalidade e uma cronologia distinta, considerando a hipótese desta ânfora ter servido igualmente para efetuar transporte de vinho. Carlos Fabião recua a cronologia de produção ao século II d.C. (ALMEIDA, CARVALHO, 1998: 144 e 145).

além de se clarificar um pouco a sua tipologia, definiu-se de forma mais clara a cronologia de ocupação deste espaço. A descoberta do edifício romano no sector 9 permitiu também colocar novas questões: qual o papel desta habitação no contexto geral da área arqueológica de S. Gens? Terá sido este o principal edifício desta área em concreto e qual a relação estabelecida com os outros que aparentemente se encontram nas suas imediações? Serão estes outros alegados núcleos rurais, provavelmente de menor importância e dimensão, construídos com o objetivo de apoiar as atividades económicas desenvolvidas a partir do edifício que escavámos? Ou este núcleo inserir-se-á antes num contexto de povoamento plurifamiliar disperso?

Com efeito, em 2002, quando pela primeira vez procedemos à prospeção intensiva da estação arqueológica, face ao modo como os materiais de construção visíveis à superfície do terreno se dispersavam pelo terreno, definiu-se uma classificação de três locais distintos dentro da área desta estação arqueológica (S. Gens II, IV e VI). A área designada de S. Gens II, com mais de 30.000 m<sup>2</sup>, permitiu-nos colocar a hipótese da existência de um aglomerado plurifamiliar do tipo *aldeia* em época romana.

Tendo ainda em consideração os dados recolhidos em prospeção nesta área da Bacia de Celorico, e face à aparente centralidade deste local em relação a outros locais de ocupação romanos situados nas imediações, a classificação de S. Gens como um povoado plurifamiliar pode ser colocada como hipótese de trabalho. Podemos ainda acrescentar que, num raio de 5 km desta estação arqueológica, encontramos 9 núcleos rurais de época romana, todos de carácter unifamiliar e de diversas tipologias, desde a provável *villa* da Tapada do Freixo, aos *tuguria* pertencentes à *granja* da Quinta dos Vasos, parecendo todos eles, de algum modo, gravitar em torno de S. Gens.

O achado de um fragmento de cornija<sup>16</sup>, em 2008, após os trabalhos de desmatização da estação que precederam a escavação nos sectores 9 e 10, levou-nos a colocar algumas hipóteses, todavia a interpretação e significado deste vestígio arqueológico devem ser observados com alguma prudência, pois apesar de ser um importante indicador, a identificação deste elemento não resolve por completo a discussão quanto à classificação da estação arqueológica. Seria plausível pensar-se na existência de um pequeno templo integrado no âmbito de um habitat de carácter unifamiliar, caso o edifício romano do setor 9 correspondesse à tipologia de *villae*, pois sabemos que durante o Baixo-Império, muitas *villae* sofreram alterações arquitetónicas na *pars* urbana com o objetivo de transformar e adaptar alguns dos sectores dessas *villae* em templos de culto cristão - culto que se encontra referenciado na Hispânia segundo os primeiros registos escritos ainda no século III d.C. (LÓPEZ QUIROGA, RODRÍGUEZ MARTIN, 2000/2001: 147).

[Fig. VIII]

---

16 O fragmento de cornija identificado pertenceria a uma das pontas do edifício, uma vez que faz ângulo.

Aliás, a ideia de um templo cristão nesta área, durante o Baixo-Império, não é completamente descabida, tendo em conta que, bem próximo da estação arqueológica de S. Gens, na estação arqueológica dos Vilares- Trancoso, foi identificada uma importante inscrição rupestre<sup>17</sup> que menciona o espaço para a construção de um templo cristão (CURADO *et al.* 2013: 32).

Com efeito, este elemento arquitetónico identificado no sector 8, nas proximidades do principal núcleo de sepulturas escavadas na rocha e cuja localização dever-se-á a um provável reaproveitamento deste elemento como tampa de uma sepultura, parece inclinar-se mais para a presença de um edifício público em época romana, articulado com a vasta área de dispersão de vestígios, cerca de 30.000 m<sup>2</sup>. A sua descoberta permite colocar também a hipótese da presença de um aglomerado populacional comunitário, neste espaço. Desta forma e na eventualidade de se tratar de um povoamento plurifamiliar, coloca-se outra questão: a ser assim, que tipo de aglomerado aqui se fixou? A hipótese de pequena aldeia, formada por diversas casas separadas entre si por algumas dezenas ou centenas de metros (a semelhança do que se propõe, por exemplo, para o Vale da Ribeira da Meimoa<sup>18</sup>), parece-nos a mais plausível neste contexto. Contudo, tendo também em conta a provável passagem, por esta zona do Vale do Mondego, de uma via romana (referida por Moreira de Figueiredo e Mário Sá) levam-nos também a considerar a hipótese da existência de um *vicus* na área arqueológica de S. Gens<sup>19</sup>.

#### 4. A ocupação alto-medieval

O espaço anteriormente ocupado é votado ao abandono durante séculos. Apenas no século IX a área volta a ser ocupada permanentemente, momento em que é fundado um povoado que se situa numa área mais próxima do rio, aproveitando um conjunto de *tors* e afloramentos graníticos.

---

17 A estação arqueológica de Vilares localiza-se na Bacia de Celorico e engloba uma inscrição rupestre com uma datação fixada em 495 d.C. No entanto, como refere Amílcar Guerra, a onomástica presente nesta inscrição enquadra-se perfeitamente dentro da onomástica romana dos séculos anteriores, acrescentando ainda que, a exclusão desta epígrafe do *Atlas Onomástico da Lusitânia* (2003), apenas se deve à cronologia tardia desta inscrição. A explicação para a persistência da onomástica tradicional romana nesta área até ao século V d.C., um pouco a contra ciclo em relação às restantes regiões, deve-se certamente, segundo Amílcar Guerra, ao desconhecimento dos investigadores de outras inscrições datáveis deste período.

A leitura é a seguinte:

AEDI . IH (Iesu) / DOMINI / CATVRO / AREINI (filius) /S OCVPAVIT / LOCVM . L(atum) / P(edes) . XXV (quinque et viginti) . ACT(um) . / PR(idie) . K(alendas) . IVNIA(s) . CO(n)S(ule) [ . D(omitio) . ZENO]/PHILO . V(iro) . [INL(ustri)]

Cuja tradução é:

«Na véspera das Calendas de Junho (31 de Maio), sendo Cônsul Domicio Zenófilo (ano 333), Varão Ilustre, Caturão, (filho) de Arreino, ocupou um lugar com vinte e cinco pés de largo (7,40 m) para (construir) o templo de Jesus Senhor».

18 Cfr. CARVALHO *et al.*, 2002: 127-152.

19 Jorge de Alarcão (1998b: 96) considera plausível a atribuição tipológica de *Vicus* a uma estação arqueológica “cuja área de dispersão de achados ronde ou ultrapasse os 30.000m<sup>2</sup>”.

O povoado era circundado por uma cerca de base em pedra não aparelhada, que teria uma largura entre 1,5 m e 2 m e que rodeava uma área não superior a 0.5ha. Uma paliçada em madeira foi construída por cima desta cerca em pedra. Os troncos da paliçada eram principalmente de carvalho (*Quercus sp.*) e de azinheira (*Quercus rotundifolia*). O traçado do muro teria uma forma ovalada, com apenas uma entrada para o povoado, voltada para



Fig. VIII – Fragmento de Cornija

a Ribeira dos Tamanhos. Esta entrada estava enquadrada por *tors* graníticos, nos quais haveriam estruturas em madeira (identificadas por entalhes nos afloramentos rochosos) que facilitariam a circulação no topo dos mesmos. Apesar da aparente monumentalidade destas construções, o sítio passaria praticamente impercetível na paisagem circundante, com escasso domínio visual do território em redor.



Fig. IX – Proposta de reconstituição da aldeia alto-medieval

A análise realizada aponta para que a estrutura tivesse uma função utilitária e não defensiva, servindo para proteger os animais domésticos e as habitações, especialmente de animais selvagens (TENTE, 2013; TENTE *et al.*, 2018: 206).

No interior do povoado foram identificados restos das casas onde viviam os habitantes de S. Gens, que eram feitas em materiais perecíveis e certamente muito semelhantes às choupanas e choças feitas de troncos, colmos e giestas que estão documentadas na etnografia desta região beirã (OLIVEIRA *et al.*, 1969). Destas habitações apenas se recuperou os restos das lareiras, que deviam ocupar o espaço central da cabana e alguns macrorrestos vegetais carbonizados provenientes dos materiais de construção destas estruturas. Em escavação identificaram-se três lareiras que evidenciam a presença de três choupanas/

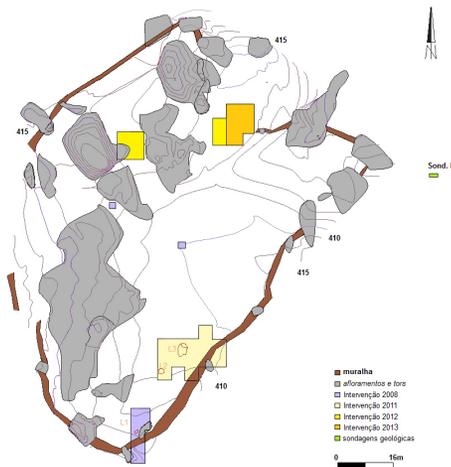


Fig. X – Planta do povoado alto-medieval de S. Gens com indicação das áreas intervencionadas

cabanas. Uma foi encontrada no sector 10, junto da muralha, e nesta lareira foi possível identificar duas fases de utilização: numa primeira fase a lareira tinha uma base pétrea que desenhava uma planta redonda; e numa segunda fase a base da lareira é ampliada tendo então adquirido uma compleição mais ovalada. Outras duas lareiras foram identificadas no sector 4, na zona localizada na metade sudeste do povoado (TENTE *et al.*, 2018: 208). Estas estruturas de combustão foram construídas abrindo um covacho no

saibro granítico, o qual foi depois preenchido com pedras, constituindo assim uma espécie de caixa térmica que permitia um melhor controlo e manutenção da temperatura, aquecendo assim de forma mais eficaz a casa e permitia a confeção dos alimentos que ali eram cozinhados. O estudo destas estruturas e da dispersão dos vestígios no interior do povoado sugere que o mesmo terá sido ocupado por quatro a seis famílias que se organizavam em torno das suas unidades domésticas (TENTE *et al.*, 2018: 209).

A par do povoado foram sendo escavadas várias sepulturas escavadas na rocha que se encontram dispersas numa área muito extensa, sem que, todavia, exista uma única escavada no interior do povoado. Trata-se da maior necrópole de sepulturas dispersas de toda a região beirã. A análise espacial das 54 sepulturas conservadas que compõem a necrópole em S. Gens revelou que estas estariam organizadas em três ou quatro grupos autorreconhecidos, que deverão corresponder a quatro grupos familiares. A necrópole deve ter tido sido utilizada durante cerca de quatro gerações, período durante o qual estes grupos familiares organizaram os seus espaços funerários em *clusters* (BROOKES *et al.*, 2017). No que respeita à sua tipologia formal, as sepulturas podem-se dividir em dois grandes grupos: antropomórficas, quando apresentam os contornos definidos na área da cabeceira e/ou dos pés, e não antropomórficas, quando apresentam formas simples, normalmente ovóides ou retangulares. Em 28 dos sepulcros, 52%, não se reconhecem características antropomórficas, ainda que dentro desta categoria exista também uma considerável variabilidade formal (LOBÃO *et al.*, 2013). Foram também identificadas seis sepulturas infantis, que se encontram integradas em conjuntos de sepulcros de adultos, certamente pertencentes ao mesmo grupo familiar. A forma como se distribuíram as sepulturas dos

grupos familiares na paisagem e a dimensão de cada conjunto revela ainda que haveria diferenças sociais entre os habitantes/famílias alto medievais de S. Gens.

#### 4.1 A produção artefactual medieval

A totalidade da coleção cerâmica Alto-medieval recuperada em S. Gens está estudada do ponto de vista tipológico e tecnológico, sendo que os resultados da coleção de 2008 e das coleções recuperadas entre 2011 e 2013, foram integrados em duas teses, de doutoramento e mestrado respetivamente (TENTE, 2010, SOUZA, 2016).

No povoado alto-medieval de S. Gens recolheram-se precisamente 31 322 fragmentos de cerâmicas, sendo destes 1783 fragmentos são decorados (cerca de 5,7% do total). As técnicas de decoração mais usadas foram as linhas incisas, normalmente dispostas em linhas onduladas paralelas ao bordo da peça, os cordões plásticos, lisos ou incisos, que ocupavam o corpo da peça, e também as punções e as caneluras.

O estudo da coleção permitiu identificar um Número Mínimo de Recipientes (NMR) de 161. O tipo de contentor cerâmico mais frequente é o pote/panela, com 71 recipientes identificados (44%). Esta forma era usada tanto para guardar como para cozinhar alimentos (cozer), podendo a mesma peça ter sido usada dupla função. São recipientes que apresentam bordos direitos, de orientação exterior, e com um colo estrangulado. Rara-

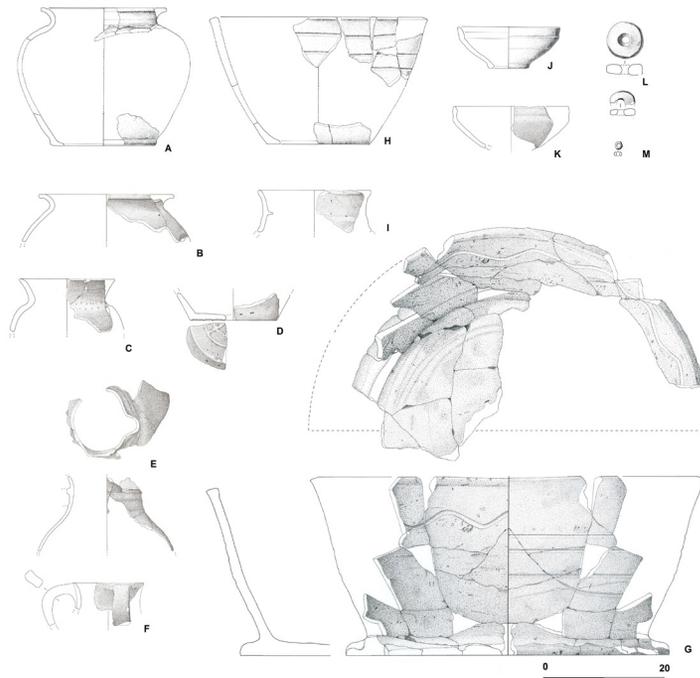


Fig. XI – Peças cerâmicas alto medievais de S. Gens

mente apresentam motivos decorativos, com exceção de algumas peças com linhas incisas ou punções (Fig. XI – A, B, C e I).

Foram também individualizados 33 alguidares de base em disco, que é a segunda forma mais representada neste conjunto (20% do NMR). A sua funcionalidade é um dos segredos da larga diacronia desta tipologia, uma vez que poderia ser utilizada para lavagens, confeção de certos tipos de alimentos e, eventualmente, para consumo comunitário por parte do agregado familiar. Sendo peças abertas, teriam bordos quase sempre direitos com orientação exterior. Estas peças são normalmente decoradas, apesar de haver exemplares lisos. A decoração é normalmente disposta quer na base em disco (impressões várias, incluindo impressões com os dedos) quer no corpo da peça onde é frequente aparecerem cordões plásticos impressos e linhas incisas onduladas (Fig. XI - G).

Outra das formas comuns identificadas em S. Gens são os jarros, tendo-se individualizado 14 peças (8,6% do NMR). Como ainda hoje, os jarros serviam para transportar, armazenar e servir líquidos. Caracterizam-se por ter um colo mais estreito do que os potes/panelas, e terem uma asa (em fita, mais frequente, ou em rolo). As bocas seriam em geral circulares ou trilobadas. As decorações são raras, mas quando estão presentes aparecem normalmente na ligação do colo com o corpo da peça e podem ser linhas incisas onduladas ou caneluras (Fig. XI – E e F).

Em S. Gens recuperou-se igualmente vestígios de laboração do ferro (escórias de forno e de sangrado), bem como algumas peças acabadas. Entre estas apenas foi possível reconhecer a forma do objeto original em 26 casos, havendo a registar mais 60 fragmentos irreconhecíveis (TENTE *et al.*, 2018: 213-214). Entre as peças perfeitamente identificáveis estão uma machadinha (Fig. XII – E), fragmentos de lâminas de faca (Fig. XII - A a D), pregos, cravos e tachas (Fig. XII G a J), um botão (Fig. XII - F) e fuzilhões (Fig. XII - Ke L).

O reduzido número de instrumentos metálicos recuperados ao longo das diferentes campanhas de escavação parece evidenciar que o metal seria apenas utilizado para o fabrico de um número limitado de peças, fundamentalmente facas e pregos/tachas, sendo o resto dos objetos fabricados noutros materiais, como osso, madeira ou cortiça. Outra hipótese plausível é de estarmos perante uma parte reduzida das peças metálicas, tendo as restantes (peças de maior porte) poder ter sido levada aquando do abandono do povoado, ou estarem guardadas em locais que ainda não foram identificados pelos trabalhos arqueológicos (TENTE *et al.*, 2018: 215).



Fig. XII – Objetos metálicos alto medievais identificados em S. Gens

#### 4.2 Atividade económica e consumo alimentar em época alto-medieval

Foi possível recuperar em S. Gens uma coleção significativa de restos faunísticos, algo raro tendo em conta natureza ácida dos solos graníticos. Esta preservação deveu-se, em grande parte, ao incêndio que destruiu o povoado na segunda metade do século X, o que veio permitir que os ossos tivessem sido submetidos a temperaturas altas, mas sem fogo direto, o que possibilitou a sua conservação. O estudo destes restos levado a cabo por Marta Moreno García possibilitou a identificação de várias espécies abatidas e consumidas em S. Gens. A primeira conclusão retirada deste estudo é a de que as espécies selvagens estão mais bem representadas que as espécies domésticas. Entre as espécies caçadas, o veado é o animal mais bem representado, seguido do coelho, do javali e do corço. Entre as espécies domésticas identificou-se a presença de bovídeos, de ovino-caprinos, de porcos e de um equídeo. Embora o contributo em termos numéricos destas espécies seja reduzido, a presença destas espécies evidencia a variedade de recursos de origem animal explorada e documenta a importância que a atividade cinegética tinha para esta população (TENTE *et al.*, 2018: 215-219).

Para além de fornecerem carne, os animais abatidos em S. Gens proporcionariam também matérias-primas como a pele, as hastes/cornos e os próprios ossos. Os desgastes em alguns dos fragmentos de ossos parecem indicar a sua utilização como utensílios no tratamento

de peles. Esta atividade beneficiaria da proximidade do rio, pois a abundância de água era fundamental para o processamento das peles.

Para além dos macrorrestos faunísticos, o incêndio que destruiu S. Gens também possibilitou a preservação de macrorrestos vegetais. Os estudos desses vestígios<sup>20</sup> permitiram o reconhecimento das espécies usadas na construção das paliçadas e das choupanas/cabanas. Para além disso, foi possível não só realizar uma aproximação ao paleoambiente que circundaria o povoado, como também reconhecer algumas das espécies que eram consumidas pela população local. Cerca de 70% das sementes identificadas são de espécies cultivadas, e 30% pertencem a espécies silvestres. De entre as espécies cultivadas, destaca-se a predominância do milho-miúdo face a outros cereais em números mais reduzidos, como o centeio, o trigo de grão nu e a cevada. Salienta-se a presença de uma semente de papoila-dormideira. Das espécies silvestres salienta-se a presença de elementos de amora e de framboesa (TENTE *et al.*, 2018: 220-223).



Fig. XIII – Escavação dos restos faunísticos alto medievais de S. Gens (Sara Prata na fotografia)

## 5. Em forma de síntese

O sítio de S. Gens é hoje um dos mais interessantes e bem conhecidos sítios arqueológicos da Beira Alta. As campanhas de escavação aí levadas a cabo entre 2008 e 2014 e os estudos subsequentes permitiram a obtenção de um conjunto de dados notáveis, que tornam este sítio um caso-estudo de referência.

No período romano foi aqui edificada uma estrutura de tipo “quinta” ou “granja”, de dimensões significativas que foi ocupada entre finais do século I e o século IV, altura em que um incêndio terá provocado o abandono definitivo do sítio. É possível que esta estrutura tenha sido ocupada pela mesma família durante todo o seu período de existência.

Todavia, para que se possa perceber a real dimensão da presença romana neste local é necessário dar continuidade aos trabalhos de escavação, nomeadamente, nas áreas onde a prospeção arqueológica identificou vestígios de época romana, pois, só desta forma será possível perceber como se estruturou o povoamento romano.

---

20 Os estudos dos macrorrestos vegetais foi primeiramente feito por Paula Queiroz (QUEIRÓS, 2009) e depois pela equipa constituída por João Pedro Tereso, Cláudia Oliveira e Ana Jesus (OLIVEIRA *et al.*, 2017; TENTE *et al.*, 2018)

Após o abandono da estrutura romana, a vertente e vale onde se situa S. Gens não volta a ser ocupado em permanência durante praticamente 400 anos. Algures no século IX uma nova comunidade instala-se aqui, fundando um povoado cercado por uma paliçada, escolhendo então um espaço distante da antiga construção romana, mas utilizando alguns dos materiais de construção romanos que estariam espalhados pela vertente. Fora do povoado medieval é progressivamente escavada uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha, onde se iam sepultando os habitantes que entretanto pereciam. Os dados até agora recolhidos indiciam que se tratava de uma comunidade pequena multifamiliar que viveria em regime de certa autarcia, explorando os recursos naturais disponíveis, através da caça e da recolção. Aparentemente as atividades agro-pastoris seriam secundárias na sua economia. Eram igualmente autónomos na construção de suas casas que eram erguidas com materiais provenientes dos bosques que rodeavam o povoado e fabricavam igualmente a sua cerâmica, as suas peças metálicas e certamente tantos outros objetos de madeira, corno, osso e cortiça. Na segunda metade do século X, o povoado foi completamente destruído por um incêndio, que ditou novamente o abandono de S. Gens. Este incêndio não deve ter sido acidental e deve estar integrado num fenómeno mais vasto que afetou vários dos povoados rurais, situados na região beirã, que eram contemporâneos de S. Gens. O povoado alto-medieval terá durado cerca de 100 anos.

Após o abandono do povoado e da necrópole o sítio não volta a ser ocupado permanentemente, mas estes terrenos devem certamente ter sido aqui e ali cultivados e servido de pasto para o gado e a história antiga ficou gravada na memória coletiva da região. Haverá certamente mais histórias a descobrir em S. Gens e todas elas ajudarão a construir uma imagem de um passado distante, mas que partilha ainda muitas das características do estilo de vida tradicional das populações rurais beirãs do século XX.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1974) - *Portugal Romano*, História Mundi, 33, Verbo, Lisboa
- ALARCAO, J. (1988) – *Roman Portugal*, fasc. I-Porto, Bragança e Viseu, Warminter: Aris J. Philips,
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1990) - *Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal)*, Boccard, Paris.
- ALMEIDA, Maria José, CARVALHO, António (1998) - “Ânforas da *Villa* romana da Quinta das Longas (S.Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 1, n.º 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- BROOKES, S., TENTE, C., PRATA, S. (2017) – “Interpreting Rock-Cut Grave Cemeteries: the early medieval necropolis and enclosure of São Gens”, *Medieval Archaeology*, 61/2, Routledge, p.215-238.
- CARVALHO, Pedro C, RIBEIRO, Carla; SILVA, Ricardo, e ALMEIDA, Sara (2002) – “Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimoa – Fundão (1ª campanha de prospecção intensiva)”, *Conímbriga*, XLI, Coimbra, p.127 -152
- CRUZ, Mário R.M (2009) - *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular, Um olhar a partir de Bracara Augusta*, Tese de Doutoramento, Universidade de Braga, (policopiada).
- FERNANDES, Luís, FERREIRA, M.ª Céu, OSÓRIO, Marcos e PERESTRELO, Manuel (2006) – “*Vicus* e *Castellum* na Província Lusitana”. Notas epigráficas e arqueológicas, *Conímbriga*, XLV, p. 165-198.
- LEAL, A Pinho (1983-90) - *Portugal Antigo e Moderno*, 10 vols, Lisboa.
- LOBÃO, J., MARQUES, A. C. e NEVES, D. (2006) – “Património arqueológico de Celorico da Beira: subsídios para o seu inventário e estudo”, *Praça Velha*. 19. Guarda, p. 15-37.
- LOBÃO, J., MARQUES; A: TENTE, C (2013) – *São Gens, Através da História e do Tempo*, Celorico da Beira/Forno Telheiro.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge, RODRÍGUEZ MARTIN, F. Germán (2000-2001) - “ El “Final” de las *villae* en Hispania. La transformación de las *Pars Urbana* de las *villae* durante la Antigüedad Tardia”, *Portugália*, vol. XXI-XXII
- MARQUES, A. C. (2011) – *A ocupação romana na Bacia de Celorico*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, policopiado.
- MARQUES, A. C., TENTE, C. (2011) – “O sítio arqueológico de São Gens (Santa Maria, Celorico da Beira) - notícia preliminar da campanha de trabalhos arqueológicos realizada em 2008”, *in* V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal”, *Caleidoscópio*, p. 339-355.
- MARTIN VISO, I. (2012) – “Enterramientos, memoria social y paisaje en la Alta edad Media: propuestas para un análisis de las tumbas excavadas en roca en el Centro-Oeste de la Península Ibérica”, *Zephyrus*, LXIX, Enero-Junio, Salamanca: USAL, 165–187.
- OLIVEIRA, C., JESUS, A, TENTE, C., TERESO, J. P. (2017) – “Estudo arqueobotânico do povoado alto-medieval de S. Gens: perspetivas sobre a exploração de recursos lenhosos e agrícolas”, II

- Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Arqueologia em Portugal. 2017 O estado da questão*, Lisboa: AAP, p. 1463-1476.
- OLIVEIRA, M. Ramos (1939) – *Celorico da beira e o seu concelho - através da história e tradição*, Celorico da Beira.
- OLIVEIRA, E V, GALHANO, F., PEREIRA, B. (1969) – *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa: Edições Dom Quixote.
- PEREIRA, Vítor, MARQUES, António C. (2005) – “Cerâmica cinzenta fina Alto-Imperial da Póvoa do Mileu (Guarda). Breves Apontamentos”, *Praça Velha*, vol. XVIII, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, p. 19-36.
- PEREIRA, Vítor (2006) - *Terra Sigillata em três locais da Lusitânia: Ammaia, Idanha, Mileu*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, área de especialização em Arqueologia Regional, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (texto Policopiado).
- QUEIROZ, P. (2009) – *Estudo antracológico no sítio de São Gens, Celorico da Beira*. Terra Scenica - Território Antigo Relatórios 13, Lisboa: Terra Scenica - Território Antigo (relatório inédito), policopiado.
- ROCHA, SANTOS (1906) – “A necrópole da Moirama, nas vizinhanças de Celorico”, *Boletim da Sociedade Archeologica*, 1 (3), p.101-102.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1979) – *Celorico da Beira e Linhares – monografia histórica e artística*, Celorico da Beira.
- SOUZA, G. (2016) – *O sítio alto-medieval de São Gens (Celorico da Beira). Contributo para o estudo da produção cerâmica identificada nas campanhas realizadas entre 2011 e 2013*, tese de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiado.
- TENTE, C. (2009a) – “Viver em autarcia. O Alto Mondego entre os séculos V e XI”, in MARTÍN VISO, I. -¿*Tiempos oscuros? Territorio y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VI-X)*. Salamanca: Silex, p. 137-157.
- TENTE, C. (2009b) – “Dos Bárbaros ao Reino de Portugal. O Território de Celorico da Beira nos séculos V a XII”, in *Celorico através da Historia*, Celorico da Beira, p.50-66.
- TENTE, C. (2010) – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*, tese de doutoramento apresentada à NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiado.
- TENTE, C. (2011a) – “Do século IX ao XI no Alto Vale do Mondego (Guarda, Portugal): Dinâmicas de povoamento e estruturas sociais”, *Debates de Arqueologia Medieval*, Granada, p. 23-43.
- TENTE, C. (2011b) – “Etnoarqueologia das estruturas habitacionais no alto Mondego durante a Alta Idade Média”, in GOMES, R. V., TENTE, C., GOMES, M. V. (Coords.) – *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Aljezur/Lisboa: IAP, p. 209-218.
- TENTE, C. (2012) – “Settlement and territory in the Upper Mondego Basin (Centre of Portugal) between the 5th century and the 11th century”, *Archeologia Medievale*, XXXIX, Università degli studi di Siena, p. 385-398.
- TENTE, C. (2013) – “Soluções defensivas das comunidades rurais no Alto Mondego entre os sé-

- culos IX e X”. FERNANDES, Isabel Cristina (Ed.) - *II Simpósio Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Lisboa: Colibri/CAM, p. 43-49.
- TENTE, C (2015) – “Tumbas rupestres en el Alto Mondego (Guarda, Portugal). Patronos de distribución, significados y construcción del paisaje rural altomedieval”, *Munibe*, 66. Bilbao: UPV.
- TENTE, C.; CARVALHO, A. F. (2011) – “The establishment of radiocarbon chronologies for early medieval sites: a case study from the upper Mondego Valley (Guarda, Portugal)”, *Munibe*, 62. UPV, p. 461-468.
- TENTE, C; CARVALHO, A. F. (2012) – “Pottery manufacture and absolute chronology in the high Mondego basin (centre of Portugal) during the Early Middle Ages”, in *IX Congresso Internazionale Associazione Internazionale per l’Etude de Céramique Médiévale Méditerranéennes*, Veneza, p.363-364.
- TENTE, C., LANTES, O. PRIETO, P. (2014) – “A produção cerâmica dos séculos IX a XI da região do Alto Mondego (Portugal)”, in DE MAN, A., TENTE, C. (Coords.) - *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e o Centro de Portugal. Séculos IX a XII*, Lisboa: IEM, p. 110-139.
- TENTE, C; PRATA, S; CUESTA-GÓMEZ, F; BROOKES, S; MORENO-GARCÍA, M; SOUZA, G; TERESO, J.P; OLIVEIRA, C; JESUS, A. (2018) – “Povoamento e modos de vida no limite oriental do território viseense durante o século X. O Povoado de São Gens”. *Do Império ao Reino. Viseu e o Território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, p. 197-228.
- VALERA, A.C, MARTINS, A.M. (1994) – “Levantamento arqueológico do concelho de Celorico da Beira, relatório do trabalho de campo”, *Trabalhos de arqueologia da EAM*, 2, Lisboa: Edições Colibri, p.273-282.